***CONSELHO CONSULTIVO DA APA COSTA DOS CORAIS – CONAPAC***

***Rua Samuel Hardman, S/N , Tamandaré-PE, CEP: 55578-000 Tel.: (81) 3676-1109 R.(234), Fax: (81) 3676-1310***

MEMÓRIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS - CONAPAC

**LOCAL**: Japaratinga/AL **DATA**: 28/08/2013

**CONSELHEIROS PRESENTES:** Alberto Rodrigues (AHMAJA), Amaro José da Silva (Colônia Z-15 Maragogi), Andrea Olinto (SEMAS/PE), Antonia Alves (Pref. Mun. Paripueira), Bernardete Reckziegel (SPU/AL), Bruno Stefanis (BIOTA), Danilo Marx (Náutica Ambiental), Edjanete Pereira (Pref. Mun. Maragogi), Farid Daher (APCM), Gandh Gouveia (Pref. Mun. S. M. dos Milagres), Iran Normande (CMA/ICMBIO), João Cândido Nogueira (AEJATUR), José Heriberto Lima (CEPENE), José Maciel dos Santos (UNIMOP), Juvenita Albuquerque (FUNDAJ), Karine Magalhães (UFRPE), Leivan Souza (MPA/AL), Lucas Araujo (Pref. Mun. S. J. da Coroa Grande), Luiz Otávio Corrêa (IBAMA/PE), Manoel Pedrosa (IRCOS), Mauro Maida (UFPE), Paulo Amaro da Silva (Colônia Z-21 Paripueira), Paulo Roberto Corrêa (APACC/ICMBIO), Pedro Luiz da Silva (Colônia Z-25 Porto de Pedras), Teófilo Albuquerque (ABEVILA), Tertuliana Flávia Rêgo (ATPB).

**CONVIDADOS PRESENTES**: (lista em anexo)

1. O chefe da APACC e Presidente deste Conselho, Paulo Roberto Corrêa, iniciou à reunião justificando que a plenária não estava sendo realizada em Paripueira, como acordado na reunião anterior, porque os locais indicados ao ICMBIO nesse município não possuíam espaço apropriado para a realização de uma plenária do CONAPAC;

a) Bruno Stefanis disse que a proposta aprovada na 7º reunião do Conselho previa que esta plenária ocorresse no litoral sul da APACC e que, se o ICMBIO encontrou problemas de logística em Paripueira, poderia ter optado por realizá-la em Maceió;

b) Paulo Roberto explicou que a escolha por Paripueira foi motivada pelo interesse de promover maior aproximação com uma importante área de visitação da APACC, adiantando que a próxima reunião do CONAPAC ocorrerá nesse município. O chefe da APACC também informou que, em alguns meses, a base de Barra de Santo Antônio estará em condições de receber reuniões do Conselho e enfatizou a necessidade de se firmar parcerias locais para viabilizar a realização de plenárias nos demais municípios ainda não contemplados.

1. Em seguida, Paulo Roberto deu início aos informes da reunião, comunicando o início do *Programa de Capacitação de Monitores nas Galés de Maragogi*, que já preparou sete jovens do município para atuar como multiplicadores nas áreas de visitação. O Presidente do CONAPAC também anunciou a agenda de capacitações dos conselheiros nos polos da APACC, sobre os temas biodiversidade e legislação ambiental: Tamandaré (02/10 e 03/10); Porto de Pedras (09/10 e 10/10); e Paripueira (16/10 e 17/10);

a) Ulisses Santos e Carolina Neves abordaram o projeto de educação ambiental *Jovens* *Protagonistas da Costa dos Corais*, que já capacitou grupos de estudantes e lideranças dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel de Milagres, alguns presentes à reunião do CONAPAC, para atuar no processo de gestão ambiental em suas localidades. E comunicaram à plenária que no dia 18 de setembro será realizado, em São Miguel dos Milagres, o primeiro encontro do fórum socioambiental criado para fortalecer a atuação dos jovens, que discutirá nesse primeiro momento a temática do saneamento básico;

b) Em resposta ao pedido do conselheiro Alberto Rodrigues, para que estabelecimentos turísticos possam utilizar a logomarca da APACC em materiais promocionais, com o objetivo de divulgar a UC, Paulo Roberto orientou os interessados a encaminhar um projeto, expondo o interesse e a finalidade do uso;

1. Concluindo os informes da reunião, Karine Magalhães comunicou aos demais conselheiros iniciativa da UFRPE para mapeamento dos prados de fanerógamas existentes na região da APACC, solicitando a contribuição de todos os presentes para localização dessas áreas.
2. O analista ambiental do ICMBIO Cláudio Fabi deu continuidade aos trabalhos, apresentando a proposta de pauta da reunião, que foi aprovada pelos conselheiros com a inclusão de um espaço, no final das discussões, para o conselheiro Gandh Gouveia abordar o projeto de saneamento da foz dos rios Manguaba e Camaragibe, que será tema de reunião em São Miguel dos Milagres, no dia 26 de setembro.
3. Na sequência, Cláudio Fabi colocou em discussão a aprovação da memória da 7ª reunião ordinária do CONAPAC;
4. José Heriberto Lima alertou que o formato de memória da ultima reunião foge completamente do que estava sendo utilizado até então pelo CONAPAC e solicitou a manutenção do padrão anterior;
5. Eduardo informou que, na véspera da reunião, havia recebido um email de Heriberto com sugestões de alteração da memória da reunião. Por não terem sido encaminhadas com maior antecedeência, tais sugestões não foram apreciadas pelo grupo de discussão virtual do CONAPAC.
6. Heriberto ressaltou que, em reuniões anteriores, o CONAPAC havia deliberado que o registro da reunião seria feito na forma de Memória, na qual deveria ser relatado, de forma resumida, os assuntos discutidos e as deliberações ou encaminhamentos aprovados. O texto da memória da 7° reunião apresenta características de uma ata de reunião. Entretant, não informa quem presidiu e qual foi a pauta da reunião, não inclui um resumo do que foi apresentado e discutido pelos participantes e a apresentação dos debates não tem uma sequência lógica, apresentando em alguns casos apenas a resposta daquilo que foi perguntado, tornando difícil entender o que está relatando na Memória da reunião fosse refeita antes de ser submetida para aprovação do plenário.

d) Beatriz Mesquita alegou que, por ser elaborada por diferentes conselheiros, é justificável que a memória não obedeça sempre ao mesmo padrão;

e) Eduardo Almeida e Bruno Stefanis lembraram que as alterações na memória podem e devem ser sugeridas por e-mail e que houve vários meses, restando aos conselheiros apenas a função de aprová-la na reunião seguinte;

f) Alberto Rodrigues, Marcelo Françozo e José Maciel dos Santos concordaram que o CONAPAC necessita de um material mais executivo e resumido, com enfoque nos encaminhamentos da reunião; e Eduardo acrescentou que esses encaminhamentos estão sumarizados na memória da 7° reunião;

g) Marcelo se disponibilizou a fazer um resumo da memória anterior para facilitar a compreensão dos conselheiros, sem substituir a memória já aprovada. No entanto, nada ficou encaminhado;

h) Por votação da maioria (10 favoráveis x 3 contrários) a memória da 7ª reunião do Conselho foi aprovada com as alterações feitas pelo grupo virtual de discussões;

i) Heriberto solicitou que ficasse registrado na memória que não está de acordo com o formato da memória aprovada e que a mesma se encontra confusa e pode deixar margens a entendimentos errados.

1. Dando início ao 1º tópico da pauta, Paulo Roberto apresentou a execução orçamentária da APACC em 2013, dividida por fontes de recurso:

- Parceria Público-Privada: destinada à aquisição de equipamentos, contratação de serviços e produção de material de divulgação;

- Compensação ambiental: usada na reforma da base da UC em Barra de Santo Antônio;

- Orçamento da União: gastos referentes ao pagamento de impostos, proventos de servidores, diárias e manutenção de veículos.

a) Paulo Roberto informou que todos os dados já estão ou serão disponibilizados no site da APACC, no Portal da Transparência ou no Portal do ICMBIO;

b) Juvenita Lucena sugeriu que os dados apresentados na segunda tabela sejam especificados como “recursos provenientes de compensação ambiental”;

c) Mauro Maida solicitou que seja informada a origem dos recursos de compensação;

d) Karine Magalhães pediu a inclusão do percentual gasto em cada fonte de recurso;

e) Claudio Fabi informou que os recursos proveniente da parceria público-privada, que não são utilizadas no ano, vão para o fundo da APACC.

1. Na sequência, Mauro Maida apresentou o 2º tópico da pauta, referente à divulgação do diagnóstico socioambiental do plano de manejo da APACC, informando que o Projeto Recifes Costeiros entregou ao IBAMA em 2006 um documento de 940 páginas, dividido em quatro encartes, atendendo ao padrão exigido na época pelos órgãos ambientais. O conselheiro da UFPE disse que o ICMBIO optou por um documento mais enxuto e que os encartes produzidos viriam como anexo, mas sem a citação dos técnicos que o elaboraram, porém, soube depois que não havia recursos para publicá-los. Por isso, Mauro Maida conseguiu que o diagnóstico fosse publicado pela UFPE, como e-book, com possibilidade de se colocar um link no site da APACC para download do arquivo;

a) Paulo Roberto esclareceu que o planejamento de ações, contido no plano de manejo publicado em 2013, foi produzido totalmente pela equipe técnica do ICMBIO APA Costa dos Corais.

b) Mauro Maida disse que o ICMBIO fez apenas uma edição do material produzido pelo Projeto Recifes Costeiros e se baseou nas informações e nas experiências colocadas nos encartes para elaborar o planejamento de ações do documento atual;

c) Antonio Clerton opinou que caberia ao Ministério do Meio Ambiente captar recursos para impressão dos encartes e inserção no Boletim Técnico do CEPENE;

d) Outros conselheiros, como Gandh Gouveia, Iran Normande e José Heriberto, ressaltaram a importância da divulgação das informações contidas nos encartes e solicitaram a atualização do conteúdo;

e) Cláudio Fabi lembrou que o SNUC já prevê a atualização dos planos de manejo das unidades de conservação a cada cinco anos;

f) Como encaminhamento do tema, a plenária concordou que o diagnóstico seja publicado como ebook pela UFPE.

1. Claudio Fabi iniciou as discussões sobre o próximo assunto da reunião, referente às alterações na proposta de ordenamento das Zonas de Visitação de Maragogi;

a) Paulo Roberto apresentou o histórico do processo, no período de 2009 à 2013, com a proposta de inclusão do serviço oferecido por pescadores em escunas e a possibilidade de criação de novas zonas de visitação:

- 2009: passeio de catamarãs, lanchas e mergulho autônomo exclusivamente para as piscinas naturais das Galés de Maragogi, para um público total de 705 pessoas ao dia;

- 2010: ampliação dos passeios para mais duas áreas (Taocas e Barra Grande), para um público de até 1.425 pessoas por dia;

- Dezembro de 2010: abertura de vagas para fotógrafos subaquáticos totalizando (1.465 pessoas por dia);

- fevereiro de 2013: restrição do passeio feito ilegalmente por barcos de pesca, que ocasionou o fechamento do acesso às piscinas naturais pelos pescadores e o início do processo de negociação com o setor;

- agosto de 2013: proposta de adequação da atividade com diminuição do número de passageiros dos catamarãs, para inclusão de vagas para o passeio oferecido por pescadores em escunas, elevando o público máximo para até 1.585 pessoas ao dia nas três piscinas;

b) Dando início ao debate, Mauro Maida informou que na proposta de plano de manejo elaborada em 2006 há um histórico do turismo realizado nas piscinas naturais de Maragogi, de 1998 a 2005, e que a história se repete com a ampliação do número de visitantes para atender interesses econômicos e não ambientais, afirmando que não existe razão ambiental para se dobrar em cinco anos o limite de visitantes permitidos;

c) Paulo Roberto lembrou que em Maragogi já há uma Zona de Preservação da Vida Marinha e que, por ser uma unidade de uso sustentável, a APACC deve ordenar as atividades humanas realizadas na área protegida, considerando também as questões socioeconômicas.

d) José Heriberto questionou o motivo do CONAPAC só ser informado após as discussões com os setores envolvidos e que a questão deveria ter sido encaminhada previamente para ser discutida pelas câmaras técnicas;

e) Iran Normande e Beatriz Mesquita opinaram que a instrução normativa deveria passar pelas câmaras técnicas de Pesca e Turismo, para envolver todos os segmentos interessados na questão, e mostraram preocupação com o fato de que essa ampliação no número de visitantes estimule outros grupos sociais a terem o mesmo direito, como os envolvidos no passeio para observação do peixe-boi. O chefe da APACC concorda que o tema seja levado para a análise das câmaras técnicas e que o encaminhamento dessas propostas torne-se uma rotina;

f) Claudio Fabi explicou que o ICMBIO definiu a capacidade de suporte das piscinas naturais, antes da elaboração da IN n° 08, e que o processo ocorreu de forma participativa desde o inicio;

g) Mauro Maida solicitou que esse estudo de capacidade de suporte fosse disponibilizado para os conselheiros;

h) Claudio Fabi adiantou que a Instrução Normativa também vai ser encaminhada para a análise do COMDEMA de Maragogi e explicou que novas áreas de visitação vão ser criadas nos demais municípios da APACC para regulamentar previamente a atividade. O analista ambiental do ICMBIO anunciou que duas reuniões vão ser realizadas em Japaratinga para identificar áreas recifais com potencial para visitação e conservação. Na sequência, a equipe técnica irá vistoriar os locais e depois ocorrerão as audiências públicas, para discussão da proposta com a comunidade.

g) Claudio Fabi ainda acrescentou que ao artigo 225 da Constituição brasileira reza que todos tem o direito a um meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e que isso é responsabilidade do poder público e da sociedade civil e que APA é uma UC de uso sustentável criada para garantir a qualidade de vida das populações que nela vivem (ou usam os recursos). Nesse sentido, esclareceu que o gestor público ambiental está sempre no “fio da navalha” entre o que é ambientalmente adequado e o que é essencial a qualidade de vida das populações.

1. Dando início ao tema seguinte da pauta, o analista ambiental do ICMBIO Eduardo Almeida informou a plenária sobre o processo de renovação dos conselheiros, previsto para a próxima reunião do CONAPAC, apresentando gráficos e tabelas referentes à frequência dos conselheiros nas reuniões anteriores e à lista de entidades que ultrapassaram os limites de ausências previsto no regimento interno: ATCA; MOVIDA; SEMARH e IMA; Prefeituras Municipais de São José da Coroa Grande e de Tamandaré; Prefeituras Municipais de São Miguel dos Milagres e de Porto de Pedras;

a) Eduardo Almeida também informou que a equipe técnica da APACC irá encaminhar ofício para cadastramento de entidades do poder público e da sociedade civil interessadas em compor este Conselho, destacando os procedimentos necessários para cada grupo, e que o prazo para entrega dos formulários é de 30 dias antes da próxima reunião:

- Poder Público: precisa encaminhar ofício indicando intenção de integrar o CONAPAC, indicando os representantes;

- Sociedade Civil: deve enviar ofício expondo o interesse de compor o Conselho, com formulário de cadastramento, documentação autenticada (CNPJ, Comprovante de situação cadastral na Receita Federal e cópia do estatuto da entidade), breve histórico da instituição, descrição da relação com a gestão da APACC e informação sobre o segmento em que está inserida.

b) Ao lembrar que já há uma vaga disponível no Conselho para entidades do Poder Público, que pertencia a Secretaria de Turismo, Eduardo Almeida explicou que além de cumprir com os procedimentos necessários para o cadastramento, as entidades interessadas em compor o CONAPAC deverão defender sua candidatura perante a plenária na próxima reunião, informando que os interessados terão cinco minutos para fazer sua apresentação e que devem se concentrar nas informações do questionário.

1. O 5° tópico da pauta tratava do Projeto do Guia da Biodiversidade da APACC, que está sendo elaborado pela UFPE e por outros especialistas. A apresentação da proposta coube ao convidado João Lucas Feitosa, que falou da importância desse material para a divulgação da riqueza de vida marinha da região e para ser usado como ferramenta de educação ambiental nos municípios. Ele descreveu a estrutura do material, as fases do projeto que já foram realizadas e o orçamento, de R$ 23.600,00 , necessário para impressão dos 1.000 exemplares, que serão distribuídos na APACC;

a) Paulo Roberto explicou que em 2013 não há orçamento disponível para essa finalidade, mas expôs o total interesse da APACC em apoiar iniciativas como essa;

b) Danilo Marx e Flávia Rego destacaram a carência de publicações com informações sobre a biodiversidade local, lembrando que os materiais disponíveis tratam da fauna recifal de outras regiões;

c) Outros conselheiros como Bruno Stefanis, Iran Normande, Karine Magalhães e João Cândido Nogueira concordaram que o CONAPAC não é o espaço mais adequado para decidir sobre financiamento a projetos e sugeriram ao ICMBIO a abertura de um edital para produção do guia de biodiversidade da APACC para que outras entidades, que também atuem na região, possam concorrer;

d) Marcelo Françozo destacou ser necessária a definição de uma metodologia para financiamento de projetos na APACC, acrescentando que a unidade pode elaborar uma carta de recomendação para auxiliar na captação de recursos;

e) Como encaminhamento desse tópico, foi decidido que a APACC irá preparar uma carta de recomendação para ajudar a equipe de pesquisadores na captação dos recursos necessários para publicação do material.

1. Por solicitação do conselheiro Gandhi Gouveia, a plenária concedeu um espaço no final da reunião para apresentação da proposta de saneamento do rios Manguaba e Camaragibe, que propõe a melhoria das condições ambientais desses estuários e o incremento do turismo na região. O representante da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Milagres informou as etapas do projeto, o cronograma de ações e as parcerias estabelecidas e informou que a proposta encontra-se em fase de articulação.
2. O presidente do CONAPAC encerrou a plenária, agradecendo a participação de todos, e informando que a próxima reunião do Conselho será realizada no dia 19 de novembro, em Paripueira.
3. **DELIBERAÇÕES:**

A) Os conselheiros concordaram que o diagnóstico socioambiental da APACC, produzido pelo Projeto Recifes Costeiros em 2006, seja publicado como e-book pela UFPE e disponibilizado para download no site da unidade;

B) Os conselheiros solicitaram que a instrução normativa referente à proposta de adequação das Zonas de Visitação de Maragogi sejam encaminhadas para discussão nas câmaras técnicas;

C) Encaminhamento de ofício com formulário de cadastramento para manifestação de interesses de entidades do poder público e da sociedade civil em compor o CONAPAC;

D) O ICMBIO irá elaborar uma carta de recomendação para auxiliar a equipe responsável pela produção do Guia da Biodiversidade da APACC na captação de recursos para viabilizar a publicação do material.